

GAMAL ABDEL NASSER: UM RETRATO DO ARTISTA QUANDO JOVEM

DOI: 10.5935/2177-6644.20160019

GAMAL ABDEL NASSER: A
PORTRAIT OF THE ARTIST AS
A YOUNG MAN

GAMAL ABDEL NASSER:
RETRATO DEL ARTISTA
ADOLESCENTE

Felipe Paiva *

Resumo: O presente trabalho pretende realizar uma análise acerca da *Paidéia* do político egípcio Gamal Abdel Nasser (1918 - 1970), líder da revolução nacionalista de 1952. O foco recairá sobre os traços fundamentais de seu desenvolvimento intelectual-ideológico. A linha metodológica incidirá na costura de um esboço de *Bildungsroman* (romance de formação), ao fim do qual será talhado um retrato do artista quando jovem.

Palavras-Chave: Gamal Abdel Nasser. Egito. África. Colonialismo.

Abstract: This work intends an analysis about the *Paideia* of the Egyptian politician Gamal Abdel Nasser (1918 - 1970), leader of the nationalist revolution of 1952. The focus will be on fundamental features of his intellectual and ideological development. The methodological approach will focus on sewing a *Bildungsroman* draft (novel of education), after which will be carved a portrait of the artist as a young man.

Keywords: Gamal Abdel Nasser. Egypt. Africa. Colonialism.

Resumen: El presente trabajo pretende realizar un análisis acerca de la *Paideia* del político egipcio Gamal Abdel Nasser (1918-1970), líder de la revolución nacionalista de 1952. El foco recaerá sobre los rasgos fundamentales de su desarrollo intelectual-ideológico. La línea metodológica incidirá en la construcción de un esbozo de *Bildungsroman* (romance de formación), al fin del cual será tallado un retrato del artista adolescente.

Palabras clave: Gamal Abdel Nasser. Egipto. África. Colonialismo

* Doutorando em História – UFF. Bolsista CAPES. Email: paiva.his@gmail.com

Introdução

Quando a alma dum homem nasce neste país há redes atiradas sobre ela
para a arrastarem da luz. Falas-me sobre nacionalidade, língua, religião.
Hei de tentar voar através de tais malhas.
Stephen Dedalus

Este trabalho procura analisar os anos de formação de Gamal Abdel Nasser (1918 - 1970), líder da revolução egípcia de 1952 e posterior chefe de Estado de seu país. Longe de pretender uma apresentação biográfica, nos debruçamos, sobretudo, nos traços fundamentais da sua educação intelectual e desenvolvimento ideológico. A linha metodológica incidirá na costura de um esboço de *Bildungsroman* (romance de formação) ao estilo do *Retrato do artista quando Jovem*, de James Joyce.

O movimento será duplo: ao passo em que apresentamos o contexto histórico em que o líder egípcio se formou – com a inserção das respectivas informações biográficas necessárias – nós o utilizamos como suporte para um exercício hermenêutico que deverá incidir na busca dos elementos específicos que nortearam seu processo formativo. Buscamos lançar luz sobre o que especificamente ele bebeu de cada fonte, em que quantidade e por quais motivos. Mais precisamente: quais autores e ideias o influenciaram em sua juventude, antes de tornar-se o protagonista da revolução nacionalista que abrasou o Egito em 1952.

Este exercício hermenêutico deverá demonstrar a dimensão de *desafio* que o momento histórico colocava para ele: o passado lhe caiu no colo num presente em ebulição, ele tentou modelá-lo em futuro. Como Stephen Dedalus, protagonista de Joyce em seu autorretrato de juventude, Nasser veio ao mundo com a alma atrelada ao seu país, de onde herdou a língua, a nacionalidade e a religião. De posse desta herança, alçou seu voo (JOYCE, 1987, p. 252).

I

Em árabe seu nome significa “servo do único vitorioso”. A escolha do seu nome foi, provavelmente, consequência do forte laço de fé que une a população da área rural do Egito em que o menino nasceu. Os “Saidis”, como eventualmente são chamados os nascidos no Alto Egito, são conhecidos pelo profundo senso de comunidade e código de honra, além de uma reputação que inclui o trabalho duro, o orgulho e um rigor moral

baseado em noções locais e numa intensa experiência religiosa (STEPHENS, 1971, p. 24). O menino, naturalmente, assimilou esses valores.

Viu a luz do sol pela primeira vez em Alexandria – extremo norte do Egito –, em 15 de janeiro de 1918. Foi o primogênito de um casal típico da pequena classe-média egípcia – ou, como ele mesmo viria a chamar, da “*petite bourgeoisie*” (NASSER, 1962) –, sendo a sua mãe dona de casa e o seu pai escriturário. Posteriormente a família se alargaria, incluindo uma segunda mulher para o seu pai e a vinda de uma dezena de irmãos. Apesar de pertencer ao estrato médio-citadino, seu pai, Abdel Nasser Hussein (1888 - 1968), provinha de uma família modesta de camponeses (*fellah*).

Durante a maior parte da sua vida ele esteve entre as grandes cidades do país, sendo-lhe familiar o centro de sua cidade natal, Alexandria, bem como do Cairo. Mas, manteve sempre conexões profundas com a zona rural de onde advinha a família paterna. Não poderia ser de outro modo. Afinal, seus primeiros anos de vida ele passou num pequeno vilarejo no Delta do Nilo, indo para a vila natal do pai - o lugarejo de nome Beni Murr, situado no Alto Egito - durante os feriados. A ligação com a gente do campo e a população mais simples veio, pois, do berço (STEPHENS, 1971, p. 21).

O Egito de então era dominação britânica, estabelecida desde fins do século XIX. Entretanto, a *Pax Britannica* nunca foi absoluta no país, não faltando focos de resistência, mais tarde aglutinados na grande revolta de 1919. Neste momento, o poder real estava em mãos britânicas e o soberano de fachada (denominado “kediva”), junto com a pequena elite do seu círculo, desfrutava de não poucas benesses do poder. Os membros dessa elite provinham, geralmente, da antiga linhagem otomana, os “mamelucos”. Não eram, por conseguinte, plenamente “autóctones”.¹

A revolta de 1919 – da qual falaremos mais detidamente adiante - aglutinou o descontentamento da maior parte da população, que vivia nas margens do pequeno círculo dos oficiais britânicos e do kediva. Nela se juntaram, em proporções e papéis diferentes, a pequena classe média caiota e alexandrina, pequenos camponeses, líderes de vilarejos e oficiais de baixa e média patente, além do operariado nascente. A coalizão

¹ Os primeiros mamelucos eram provenientes da Ásia Central, de origem turca. Importados pelos soberanos otomanos para servirem na cavalaria de suas forças, eles foram alocados para, dentre outros lugares, o Egito, onde constituíram uma casta à parte (GOLDSCHMIDT JR.; JOHNSTON, 2003, p. 5). O próprio Mohamed Ali, iniciador da dinastia mameluca, era “um turco da Macedônia que chegara ao Egito com as forças otomanas enviadas contra os franceses” (HOURANI, 2013, p. 360). Após Mohamed Ali, sua dinastia mameluca permaneceu nominalmente no poder abaixo das vistas do poder colonial britânico. O soberano teria o título de “kediva”.

foi tanto ampla quanto temporária. Esta conformação social que talhou a revolta de 1919 tem íntima relação com a vida do pequeno recém-nascido. Igualmente, os precedentes ideológicos da revolta não devem ser ignorados.

Até pouco antes de seu nascimento – mais especificamente, meados de 1870 e 1900 – o pensamento político árabe, sobretudo no Egito, via a Europa como o adversário e, também, como o modelo a ser seguido. A tarefa que os principais pensadores de então se colocavam era a de convencer aos formados à moda europeia a não se desgarrar da tradição – do islã, sobretudo. Emergia, assim, a emblemática figura de Mohammed Abdul (1849 - 1905). Figura inovadora, por buscar a síntese da cultura europeia com a egípcia, traçando um projeto modernizador para o país.

Como não poderia deixar de ser, Abdul teve vários discípulos em sua terra e foram esses discípulos que animaram o ambiente intelectual egípcio enquanto o menino Gamal vivia sua primeira infância. Do mesmo modo, foi aos escritos deles que ele recorreu quando se fez leitor. Dentre estes intelectuais, cabe destacar Qasim Amin (1865 - 1908), autor de uma obra que pode ser entendida como um verdadeiro libelo a favor das liberdades civis em uma sociedade árabe, preocupando-se, sobretudo, com a condição da mulher. Com ele também estava presente Ahmad Lutf al-Sayyid (1872 - 1963). Dotado de grande erudição, al-Sayyid ingressou no “Partido do Povo”, fundado à sombra inspiradora de Abdul, sendo, provavelmente, o primeiro ideólogo moderno do nacionalismo egípcio. Sua reflexão era marcada por um acento especial no pertencimento à terra do Egito e às heranças que ela compactava – fosse árabe, muçulmana ou faraônica.

Apesar de ser formado por indivíduos de grande erudição, o pensamento nacionalista egípcio de então se firmava como manifestação reformista, proclamada por intelectuais citadinos com pouco apelo popular para além do círculo restrito dos seus leitores urbanos. Sintomático disto é o fato de al-Sayyid criticar o governo britânico não por ser estrangeiro, mas por ser absoluto (HOURANI, 2005, p. 197). Para ele, o poderio britânico havia trazido indubitáveis benefícios ao Egito, o problema era que a manutenção deste poderio se dava pelo poder das armas e não pela livre escolha dos cidadãos, o que acabava degenerando-lhes o caráter. Sua aposta reformista era demasiado incipiente para ameaçar as posições imperiais. Mas ele não era o único escritor engajado na política egípcia.

Outras vozes soavam, com força mais ferina. Diziam que havia uma nação egípcia e que ela deveria governar a si própria. A mais proeminente dessas vozes foi Mustafa Kamil (1874 - 1908). Kamil exigia a retirada dos britânicos. Para tanto, pedia a ajuda de ninguém menos que a França, rival de longa data dos insulares no Norte da África e no Oriente Médio. Ele apelava para a “consciência liberal”, que tinha na França, ao menos segundo ele, seu berço. Mais que rival da Inglaterra a França lhe aparecia como lar da cultura europeia, pois pátria da revolução francesa (HOURANI, 2005, p. 219). À parte isso, assim como al-Sayyid, seu nacionalismo era marcado pelo pertencimento territorial.

Dentre estes homens o mais incisivo foi Kamil, que logrou obter um apelo popular importante, sendo “senhor dos estudantes e das ruas”, nas palavras de Hourani. De fato, seu principal interesse não era analisar a natureza da sociedade do Egito, mas antes “gerar energia para a luta contra os britânicos” (HOURANI, 2005, p. 216 – 219). Uma inimizade que só a desocupação colocaria termo. Kamil parecia se encaminhar para a tomada do governo. Mas a morte o apanhou antes disso.

II

Enquanto os intelectuais egípcios se batiam contra o mando imperial veio a Grande Guerra. A turbulência, que até então pudera ser controlada, iria se agudizar a partir de 1914. A tinta negra com que Amin, al-Sayyid e Kamil escreviam seus artigos iria ser substituída pelo tom escarlate que costuma escorrer das páginas da história em seus momentos decisivos. Enquanto a família Abdel Nasser ia e vinha de um lugar a outro – acompanhando o trabalho do patriarca, pai do menino Gamal –, mudanças profundas aconteciam.

A Grande Guerra de 1914 mudou o rumo do pensamento e da ação política no Egito, o país mergulhava em uma crise econômica e, mais importante, em uma crise política. A guerra tornou nítido o domínio britânico sobre o país. Não por acaso, terminado o conflito, uma nova figura, Saad Zaghlul (1859 - 1927), iria dar outra cara às manifestações nacionalistas.

Zaghlul encabeçou uma série de protestos na imprensa cobrando a independência nacional. Uma das contrapartidas do poder colonial à ação de Zaghlul foi a declaração Anglo-Francesa de 7 de novembro de 1918. Nela, as potências europeias expressavam

que seus objetivos eram o “estabelecimento de governos nacionais derivados de sua autoridade para a iniciativa e livre escolha da população indígena”. As potências declaravam, também, suas intenções de “reconhecer esses governos assim que efetivamente estabelecidos” (TEMPERLEY, 1924, p. 196).

Essa declaração por parte do poder britânico só estimulou ainda mais Zaghlul e os seus no tento de tornar mais claros os termos concretos desse “estabelecimento de governos nacionais” por parte da “livre escolha da população indígena”. Entrementes, Zaghlul convoca, em 1918 – mesmo ano em que o menino Gamal nascia – alguns companheiros próximos para discutir a situação.² Desse encontro nasce o Wafd, partido que pelas décadas seguintes seria o mais importante do país. Ao menos até a eclosão da revolução nasserista em 1952.

Junto com a formação do Wafd, veio a publicação, em dezembro de 1918, do seu programa político, que assentava em seis pontos: 1) A independência do Egito, que deveria ser garantida porque era o direito natural do todas as nações, porque o Egito tinha sempre demandado independência “até com o preço do sangue”; 2) Governo constitucional, em que os interesses estrangeiros seriam salvaguardados; além de reformas econômicas, administrativas e sociais a serem realizadas; 3) Respeito aos privilégios estrangeiros, embora sujeitos a ajuste; 4) Respeito para com a administração da dívida pública; 5) A salvaguarda da neutralidade do Canal de Suez; 6) A união do Egito à Sociedade ou Liga das Nações (BEARCE JR., 1949, p. 73, 74).

Ainda que longe de um radicalismo revolucionário, as propostas de Zaghlul não foram bem recebidas pelo poder colonial, o que culminou em sua detenção. Sua prisão seria o estopim para algo que nem ele próprio poderia imaginar.

Em 9 de março de 1919 estoura uma grande onda de fúria, começando no Cairo e não tardando em alcançar Alexandria dias depois, para daí se estender por cidades menores, vilarejos, zonas verdes e desérticas. A ação possuía um cunho abertamente anti-britânico e anti-estrangeiro e só começou a ser contida a partir de uma ação vigorosa do exército britânico, em 29 de março do mesmo ano. Ao fim, contaram-se centenas de mortes do lado egípcio e um sem-número de danos ao patrimônio colonial.

² Dentre estes contavam-se figuras proeminentes da política egípcia de então. Tais como, Abdel Aziz Fahmy Bey, Mohammed Ali Bey, Sinnot Hanna Bey, Moustafa el Nahas Bey e Hamed Bassal Pasha. Este era o núcleo do Wafd original. Cabe observar que o “Bey” e o “Pasha” que acompanham os nomes destes homens fazem referência a antigas divisas do império otomano, o que evidencia o recorte de classe que sustentou o Wafd.

Nem Zaghlul e muito menos seus companheiros do Wafd esperavam por uma demonstração de violência generalizada desse tipo. Os homens educados do partido – sem excluir Zaghlul – ficaram chocados com o som e a fúria que destruía lojas, postes de luz e vitimava a população estrangeira (especialmente britânicos).

O partido não queria o motim, e ansiava que reformas fossem feitas para pôr termo à desordem. Uma guerra de independência era inconcebível para quase todos os líderes nacionalistas de então (BEARCE JR., 1949, p. 81 – 82). Foi justamente o fato de tanto Zaghlul quanto o governo colonial estarem assustados com o que transcorria que se começou uma política conciliatória entre ambas as partes. Como resultado, o governo britânico soltou o líder egípcio. O Wafd esperava uma reconciliação Anglo-Egípcia mais ampla, para que, com o suporte britânico – e não a despeito dele – o Egito lograsse sua independência.

Tudo isso se coadunou na declaração de independência concedida pela Grã-Bretanha ao Egito, em 1922. Quatro pontos permaneceriam intocáveis pela declaração: o controle sobre as comunicações imperiais (leia-se: controle sobre Suez) e assuntos concernentes à defesa, o direito sobre o Sudão, a salvaguarda dos interesses estrangeiros e das minorias (britânicos residentes em território egípcio, principalmente) (HOURANI, 2005, p. 228).

Ao Wafd e Zaghlul só restou aceitar os termos da declaração, que selava uma independência limitadíssima – para não dizer de fachada – que significou, sob muitos aspectos, um rearranjo reformista de poder, um torniquete que dificilmente estancaria o sangue que ainda estava por jorrar. Ato contínuo, a partir daí a situação política esfriou. Uma monarquia constitucional foi declarada, sendo o kediva alçado a rei, e Zaghlul, ainda que não tenha exercido a soberania sobre a nação, manteve sempre desde então sua influência.

III

Passada toda essa turbulência político-ideológica sobre a terra do Egito na época da primeira infância do menino Gamal, pelos próximos treze anos – enquanto ele crescia e se encaminhava para adolescência, ao mesmo tempo em que passava a ter mais noção do mundo que o rodeava e formava sua consciência política – o país assistiria, ao correr

dos anos de 1930, a uma época estranha em que formalmente independente não era dono de sua terra.

A situação ganhava tons esquizofrênicos: os britânicos, que haviam emitido a declaração de independência, não abandonavam a “diplomacia das canhoneiras” de outrora, enviando navios de guerra aos portos egípcios para assegurar seus interesses; o rei Fuad I (outrora kediva) via tais intervenções como verdadeiros golpes de Estado, mas não muito podia fazer; e o Wafd, quando conseguia, acionava a agitação e o “terrorismo” ocasional (STEPHENS, 1971, p. 27). O Egito pós-1919 se convertera, pois, num imenso e barril de pólvora.

Só levando este quadro em consideração é que se pode entender as declarações de Nasser a respeito dos seus anos de formação. É ele próprio quem o diz, quando indagado pelo jornalista britânico David Morgan a respeito das circunstâncias que lhe despertaram a consciência revolucionária. O já presidente Nasser é taxativo, respondendo que “Essa é uma questão que é impossível de responder” sem considerar o momento histórico em que cresceu. “O sentimento”, diz ele, “era ditado pelas circunstâncias de minha educação e anos de formação”. Tal sentimento “foi alimentado por uma sensação geral de *frustração e desafio* que varreu a todos aqueles da minha geração tanto em escolas quando em universidades” (NASSER, 1962 *Grifos nossos*).

Os termos que o então Presidente Nasser usa são claros e sintetizam bem a questão. A geração à qual Nasser pertencia era agitada pelo binômio da frustração e do desafio. Os jovens estavam frustrados com a redução da soberania nacional, pela maneira como foi selada pelo acordo de 1922, a uma mera formalidade. A frustração estava, portanto, intimamente relacionada com as vitórias e derrotas da geração anterior – Amin, Kamil, al-Sayyid e Zaghlul. Longe de conduzir à letargia, este sentimento abriu caminho para a certeza de que o desafio principal ainda estava por ser superado: a independência nacional.

Foi respondendo a este desafio que Nasser começou a se envolver em questões políticas ainda cedo. Seu primeiro envolvimento direto neste desafio, aconteceu, segundo ele próprio, quando não contava com “não mais que quinze anos de idade”. Foi em 1933, quando se deu o seu “primeiro confronto com os poderes constituídos”:

Eu estava atravessando a praça Mansheya, em Alexandria, quando me deparei com um choque entre uma manifestação de estudantes e a polícia. Eu não hesitei por um momento sequer a respeito do lado em

que estava. Imediatamente me juntei aos manifestantes sem ter a menor ideia sobre o que eles estavam se manifestando. Eu não senti nenhuma necessidade de questionar; eu vi os membros do público envolvidos em um confronto com os poderes constituídos e eu, sem hesitar, me alinhei no lado em oposição aos poderes constituídos (NASSER, 1962).

Igualmente relevante é a descrição geral que faz do confronto, que exemplifica a ebulição política de então. “Por um tempo”, diz ele, “os manifestantes tinham a vantagem”, até a chegada dos reforços policiais. Então,

Eles nos atacaram, eu lembro de ter jogado uma pedra em um gesto desesperado, mas eles nos alcançaram num piscar de olhos. Tentei escapar, mas quando me virei, um bastão policial desceu na minha cabeça seguido por um outro quando eu caí [...] com a cabeça sangrando profusamente (NASSER, 1962).

Estava detido. Foi para a prisão, “juntamente com um número de alunos que não tinham sido capazes de escapar” (NASSER, 1962). Foi somente na delegacia, enquanto era tratado dos seus ferimentos, que soube o que, de fato, acontecera. Perguntou a causa da manifestação em que acabara de tomar partido e descobriu que havia sido um protesto organizado pelo partido *Al-Fatah* (Jovem Egito) contra a política do governo.

Confirmando que a causa realmente merecia sua simpatia e também os pontos que acabara de levar na frente, ele conclui que entrou na cadeia “como um estudante entusiasmado”, mas a deixou “cheio de raiva”. Com base no que diz é possível inferir que tudo lhe parecia confuso, difícil de entender – especialmente quando se é um jovem apanhado em uma manifestação ao acaso. Mas havia percebido, em meio a todo seu impressionismo político juvenil, “que o meu país estava envolvido em uma luta contínua pela liberdade” de forma que depois dessa sua primeira participação em uma agitação política ele haveria de dedicar-se à “luta contínua pela liberdade” de “todo o seu coração” (NASSER, 1962).

Esse entusiasmo não deixou de ter consequências. Cabe lembrar que seu pai não era especialmente interessado em política, o único desejo do velho patriarca era que seu filho tivesse “uma vida longe de turbulências”. Mas, a despeito das preocupações paternas, tornou-se líder do Comitê de Organização da Resistência [*Resistance Organization Committee*] cuja meta era resistir ao domínio estrangeiro: “Nós atuávamos pelas ruas de Alexandria em manifestações aquecidas; esta foi uma saída necessária para

as nossas intensas emoções e nosso senso da opressão que pesava sobre a nossa nação” (NASSER, 1962).

As autoridades da Escola Secundária *Ras el Tin* fartaram-se do comportamento do menino e dos seus envolvimento precoces com a política em Alexandria e alertaram seu pai, provavelmente lhe dando um ultimato para que tomasse alguma providência mais enérgica. Foi graças a isso que o velho Abdel Hussein teve a ideia de enviar o filho para o Cairo e deixá-lo aos cuidados de seu tio, Khalil, para que ele, estando em outra escola, se afastasse definitivamente da organização juvenil na qual ingressara. Sem saber, sua medida desesperada para afastar o menino de seu ímpeto nacionalista acabou justamente por precipitá-lo em um ambiente mais favorável para que suas ideias assentassem, amadurecessem e florescessem.

A partir de então, o garoto Gamal passa a morar com seu tio, Khalil, em um lugar de grande efervescência cultural, próximo à mesquita de Al Azhar e não longe de um dos mais importantes bairros do Cairo, Khan al-Khalil. Na escola, tinha aulas de aritmética, árabe e religião. Nas horas vagas ia às ruelas do bairro junto a um outro rapaz, mais velho, que então estava hospedado na casa do seu tio. Com esse amigo, ele explorou a vida animada do lugar com suas pequenas lojas, artesãos, cafés, mesquitas e palácios (STEPHENS, 1971, p. 28).

Como um dos personagens de Naguib Mahfouz, podemos imaginá-lo chegando à praça de Al Azhar e rumando para Khan al-Khalil, atravessando as ruas estreitas e tortuosas que levavam ao bairro, tendo “perto de si, à esquerda e à direita” as “incontáveis passagens e passeios” que mais pareciam “fileiras de imponentes casernas onde o olhar facilmente se perdia” no meio dos cafés, abarrotados “de clientes e uma multiplicidade de lojas que vendiam *taamyia*, antiguidades e jóias”. Podemos imaginar os pequenos olhos avistando “multidões, que escoavam numa enxurrada ininterrupta” e vendo “turbantes, *tarbushs* e bonés”. Podemos imaginar os pequenos ouvidos se enchendo “de gritos, de berros susceptíveis de despedaçar os nervos” (MAHFOUZ, 2011, p. 8).

No Cairo, o menino passa a estudar em uma escola de nome nada irrelevante, *El Nahda al Misria* [Renascença Egípcia]. Essa escola tinha a reputação de conduzir e liderar manifestações estudantis. Lá, o garoto Gamal esteve na vanguarda das manifestações, sendo presidente do comitê executivo dos alunos secundaristas do Cairo. Robert Stephens chega a afirmar que o garoto estava tão absorto na agitação política que em seu

último ano letivo, entre 1935 e 1936, teria gasto apenas quarenta e cinco dias na escola propriamente dita (STEPHENS, 1971, p. 32).

O tempo ausente da escola não implicava, necessariamente, desleixo com a educação. O garoto aproveitava o tempo despendido fora da escola para ler, cultivando sua mente com os temas que mais lhe interessavam. Se ele já tinha conhecimento das armas da crítica, precisava, agora, começar a fazer a crítica das armas.

Seus interesses voltavam-se principalmente para os livros de história, política e biografias. Devorou com avidez a produção de Mohammed Abdul – a pedra fundamental do pensamento político modernista no universo árabe, como visto acima. Mas encontrou seu verdadeiro mestre em ninguém menos que Mustafa Kamil, o mais radical dentre aqueles que sucederam a Abdul, sem ignorar Amin, al-Sayyid e Zaghlul (STEPHENS, 1971, p. 32). Aqui, o garoto ainda se move *dentro* das malhas que lhe foram legadas pelo seu país. Mas, lembrando uma passagem já citada de Joyce: a partir de agora ele tentaria voar por sobre essas malhas.

Durante os anos de 1930 – provavelmente a partir do seu segundo quartel – o menino Gamal estava lendo não só os clássicos políticos da geração de pensadores egípcios que o precedeu. Ele também encontraria solo fértil para suas ideias no melhor da literatura metropolitana europeia. Com igual afincamento ele se deteve nas traduções árabes das obras de Charles Dickens, Victor Hugo, Voltaire e Shakespeare (STEPHENS, 1971, p. 33). Dentre estes, os dois primeiros, pela natureza de suas obras, nos parecem especialmente relevantes.

IV

De Charles Dickens Nasser afirma ter lido o romance *A Tale of two cities*, que calou fundo em sua alma, de forma que anos mais tarde, durante a revolução que ele próprio capitaneou em 1952, a narrativa lhe viria à mente como um contraexemplo. Em lugar da sangria revolucionária expressa em *A Tale of two cities* a revolução de 1952 teria sido pacífica, pois, segundo disse o então presidente, ele teria aprendido com a história de Dickens que “violência gera violência” (STEPHENS, 1971, p. 33). Posição que assume não sem acentuada contradição, se considerarmos a perseguição pós-revolucionária a certos grupos políticos que o nasserismo engendrou, sobretudo aos comunistas e aos membros da Fraternidade Muçulmana.

Incoerências à parte, este romance de Dickens ao qual o presidente faz menção pode ser tomado, a depender de quem o leia e em que situação, como um verdadeiro convite à sublevação.

Em *A Tale of Two cities* Charles Dickens faz uso da revolução francesa para inserir seus personagens. Mas que mero pano-de-fundo, a revolução cumpre a função de véu que abraça a experiência individual dos tipos narrados. Ninguém escapa de suas entranhas, à vida de todos ela influencia. Talvez seja ela a protagonista de fato da obra, conduzindo as ações dos demais, coadjuvantes ou co-protagonistas. Seu papel de centralidade é perceptível logo nas primeiras passagens, ao início do primeiro capítulo: “Aquele foi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos, foi a idade da razão, a idade da insensatez, a época da crença, a época da incredulidade, a estação da Luz, a estação das Trevas, a primavera da esperança, o inverno do desespero” (DICKENS, 2010, p. 11).

Vivendo em uma constante ressaca revolucionária, na qual os ecos do agitado ano de 1919 ainda insistiam em soar, é muito provável que o menino Gamal tenha sentido o coração palpitar na leitura dessas páginas. Ainda que baseada em solo inglês e descrevendo a experiência francesa ela pode ser tomada como ilustrativa das várias épocas revolucionárias, dos dilemas que essas situações estabelecem àqueles que nelas tomam parte e que subsiste no jogo de palavras ambivalente que Dickens lança mão: razão e insensatez, luz e trevas, esperança e desespero; chocando-se e interpenetrando-se.

Sendo a época a protagonista da obra, dentre os coadjuvantes e co-protagonistas se fazem presentes os tipos sociais mais comuns de então. O vagabundo, em busca de redenção; o cavalheiro inglês, cujo foco da vida são os negócios, o dinheiro que saía das vísceras do capitalismo nascente; o nobre francês – este dividido em dois subtipos, o que renega sua casta, e o impiedoso, que endossa a injustiça social; a dama, cujo amor tem peso de ouro para os personagens masculinos; o prisioneiro da Bastilha, cuja vida é destroçada pela injustiça; e, sobretudo, o povo francês em sua miséria – os *Jacques* e as *Jacqueries*:³ “Amstras de um povo que fora terrivelmente moído e remoído. [...] lavrada em todos os sulcos de velhice e aflorando a todo instante, estava a marca, a Fome” (DICKENS, 2010, p. 45).

Era esta mesma fome que flagelava muitos egípcios, especialmente a população rural do país. No período em questão, décadas de 1930 e 1940, a renda per capita caía

³ “*Jacques*” e “*Jacqueries*” eram os adjetivos usados pela aristocracia para nomear os que estavam na base da pirâmide social do Antigo Regime.

significativamente chegando a um crescimento anual negativo de 0.2%, o que só reforçava a pobreza opressiva que afetava – ao fim dos anos de 1940 – 56,1% da população do campo. Concomitante a isso, o subemprego e o desemprego cresciam. A riqueza estava concentrada nas mãos de poucos, enquanto as taxas de desnutrição, mortalidade infantil e analfabetismo só cresciam (GHONEMY, 1998, p. 50).

Ainda assim, um observador externo desavisado poderia ter uma visão positiva. Afinal, mesmo neste cenário houve um considerável desenvolvimento da infraestrutura do país. Este desenvolvimento esteve dirigido, todavia, somente para as atividades que beneficiavam os lucros britânicos, relacionados à exportação de algodão, especialmente. Em não poucos locais assistiu-se à transformação da agricultura de subsistência para a cultura de exportação em grande escala aos mercados internacionais, com a consequente proletarização do contingente campesino, ao passo em que o número do *lumpen* também crescia em igual ritmo, agudizado pela política de livre-mercado, que deixava desprotegida a nascente indústria nacional e beneficiava os “investidores” estrangeiros que pagavam pouco para explorar a terra e o homem do país, além de reforçar o papel deste como exportador de matéria-prima no contexto internacional (ABDUSSALAM; ABUSEDRA, 2011, p. 516 - 524).

Vivenciando este cenário seria natural que o jovem Gamal associa-se o “povo moído e remoído” do Antigo Regime narrado por Dickens ao povo egípcio. Num aspecto genérico e superficial a associação tem sua razão de ser: em ambos os casos a máquina que moía carne humana era alavancada pela desigualdade social, com fartura de um lado e miséria do outro. Aos poucos que estavam no meio – dentre eles Nasser – restava escolher a quem se aliar, ou permanecer na aparente neutralidade. Entretanto, “neutralidade” era uma palavra que deveria caber cada vez menos no vocabulário da gente comum, inclusive da classe-média urbana. À medida que as décadas de 1930 e 1940 passavam, até culminarem na conclusão revolucionária de 1952, deveria ficar mais claro que a situação era insustentável.

Como Dickens escreveu – com o humor sardônico que lhe era típico - referindo-se ao *Ancien Régime*, “quem [...] seria capaz de duvidar de que um sistema baseado num carrasco com cachos, pós de arroz, rendas douradas, escarpins e meias de seda branca perduraria até o fim dos tempos?”. Pode o jovem Gamal ter imaginado a elite colonial refletindo, tal qual a nobreza francesa do antigo regime, que “a repressão é a única filosofia duradoura. A sombria deferência do temor e da escravidão [...] fará com que os

cachorros continuem obedecendo ao açoite, enquanto este teto encobrir o céu”. Pode também ter se regozijado ao saber que o mesmo personagem que proferiu essas palavras foi encontrado morto com um recado junto ao cadáver: “Levem-no depressa para a tumba. Assinado: *Jacques*” (DICKENS, 2010, p. 142, 160, 167 Grifos do original).

A revolução se aproximava e ela é narrada por Dickens de tal forma que as imagens de todos os Jacques – “Jacques Um, Jacques Dois, Jacques Mil, Jacques Dois Mil, Jacques Vinte e Cinco Mil; em nome de todos os anjos ou de todos os demônios... como preferirem... trabalhem!” – se condensam na mente do leitor como um corpo uno, indivisível, num verdadeiro “mar de águas negras e ameaçadoras [...] desapiadado de formas turbulentas, vozes de vingança e rostos tão endurecidos nas fornalhas do sofrimento que o toque da misericórdia não mais podia deixar neles suas marcas” (DICKENS, 2010, p. 278, 283).

Dickens adianta a descrição da sublevação iniciada em Saint-Antoine onde Jacques e Jacquesies partem para a tomada da bastilha. O tom é apocalíptico, no sentido da destruição que se concretizava, mas também das possibilidades que dela advêm. A obra não é imune, porém, às ambiguidades naturais de qualquer escrito. Ao passo em que narra de forma épica a tomada do poder pelos Jacques e pelas Jacquesies, Dickens chega a adjectivá-los de forma negativa, como “figuras bárbaras” que se “transformaram num bando de bestas selvagens” (DICKENS, 2010, p. 300, 301). Seu julgamento moral – compreensível – não o exime de afirmar categoricamente que aquela “barbárie” e aquela “selvageria” tinham um motivo, uma causa que a tornou possível e exequível.

É muitíssimo provável que tenha sido precisamente *isto* que tenha chamado a atenção do jovem Gamal. Suas reservas, ainda que contraditórias, para com a violência revolucionária, devem ter nascido neste momento. Claro que Nasser também deve ter sentido o prazer do texto nesta obra de sabor tão romanesco, mas foram nas cenas de sangue, que ele deve ter se visto refletido, bem como na causa que levava a tal e, claro, a empatia que deve ter sentido pelos repartiam a miséria comum.

Não por acaso, o outro livro que o presidente Nasser lista como um dos propulsores de sua educação política é *Les Misérables* de Victor Hugo (STEPHENS 1971, p. 33). Assim como na obra de seu congênere inglês, também em Hugo desfilam os vários tipos sociais que preenchem a cena francesa – sobretudo parisiense. Dentre estes tipos está o moleque, o garoto. Personificado no personagem Marius.

Diz Hugo, em um dos vários momentos de reflexão da obra, que “Paris tem crianças como as florestas têm pássaros”, o autor fala daqueles que estão entre os sete e os treze anos. Essa já era uma faixa etária ultrapassada por Nasser na altura em que leu o romance. Contudo, além deste tipo – a criança – existe o “garoto” que “está para o moleque assim como a borboleta está para a larva”. No garoto encontra-se a capacidade de “enorme de entusiasmo e alegria”, suas palmas se assemelham “a um bater de asas, para que aquele porão pequeno, fétido, escuro, sórdido, doentio, nojento, abominável [referindo-se a Paris], se chame Paraíso”. Ao fim, num arroubo profético interessante, Hugo sentencia: “Quem quer que sejais, vós que vos chamais de Preconceito, Abuso, Ignomínia, Opressão, Iniquidade, Despotismo, Injustiça, Fanatismo, Tirania, tomai cuidado com esse garoto admirado. Ele crescerá” (HUGO, 2012, p. 791, 794, 796).

Teria o jovem Gamal se reconhecido nessas linhas? Não é improvável, mas a sua empatia poderia ter repousado tanto na descrição que Hugo faz da juventude parisiense, quanto em Fantine, Cosette ou no protagonista, Jean Valjean. Esse, entretanto, não é o ponto. A questão é que todos os personagens, à semelhança da obra anterior, de Dickens, partilham de uma miséria em comum. Por outro lado, ao contrário de seu par inglês, em Hugo é a miséria que cumpre o papel norteador, não coincidentemente intitulando a obra, e esse elemento estava igualmente presente no ambiente egípcio em que o jovem se formava.

Persiste n’*Os Miseráveis* uma memória da revolução francesa, que, nas palavras do autor, dissolveu “em três horas mil anos de feudalismo”. Ela, a revolução, estaria “em toda parte onde se acende a luz do futuro”, multiplicar-se-ia “sob todas as formas do sublime”. Continua Hugo dizendo que “os dogmas libertadores que ela forja são espadas para as gerações futuras, e é com a alma de seus pensadores e poetas que são feitos, desde 1789, todos os heróis de todos os povos” (HUGO, 2012, p. 814). À parte a megalomania típica de um colonial-eurocentrismo ao qual o autor não estava – e poderia? – imune, no caso específico de Nasser seu dito se faz correto. A influência da revolução francesa, ao menos naquilo que dela havia em Hugo e Dickens, foi tremenda no jovem e esse fato ele nunca escondeu, confidenciando que era “especialmente interessado na Revolução Francesa”, nos tempos de adolescência (STEPHENS, 1971, p. 33).

No entanto, é apenas a memória da revolução de 1789 que persiste na obra de Hugo. Ao contrário do que acontece em Dickens, ela não é o palco para as venturas e desventuras dos personagens. Em *Os Miseráveis* a ação se passa entre a batalha de

Waterloo e os motins revolucionários de 1832. A insurgência de 1832, como bem observou um contemporâneo, foi “afogada em sangue”, sendo, ao fim e ao cabo, sujeita à “escamotagem”, derrotada (MARX, 2012, p. 37, 43).

A derrota não impede que Hugo trate 1832 como um momento de “grandeza revolucionária” em que “as massas sociais, os próprios tribunais da civilização [...] aparecem e desaparecem aí a cada instante por entre as nuvens tempestuosas dos sistemas, das paixões, das teorias. [...], vê aí brilhar a verdade, o sol da alma humana”. Mas os motins dos anos 1830 têm outra qualidade, “a sua calma”. Hugo não chega a ver uma derrota absoluta, mas antes um triunfo do direito e “O direito que triunfa não tem necessidade alguma de violência”. Talvez por isso seja ela “uma revolução detida no meio do caminho” (HUGO, 2012, p. 1127, 113, 1136).

É difícil ler a expressão “revolução detida no meio do caminho” e não se reportar à iniciativa popular egípcia de 1919. Essa equivalência não deve ter escapado ao garoto Gamal. Assim, também não deve ter-lhe escapado que “Mesmo incompletas, mesmo abastadas e adulteradas, reduzidas a estado de revolução-caçula, como a revolução de 1830, resta-lhes quase sempre bastante lucidez providencial para que não sejam vãs. Seu eclipse nunca é uma abdicação” (HUGO, 2012, p. 1138).

A revolta egípcia de 1919 não foi vã. Ela alimentou os sonhos e esperanças da geração que com ela nasceu. Ela serviu de alento e exemplo. Igualmente, ela inflou a imaginação popular, tendo influenciado não poucos escritores, intelectuais e pensadores. Dentre os quais Tawfiq al-Hakim, o outro herói literário do jovem Gamal.

V

Falar em narrativa egípcia contemporânea é falar em *renascimento*, e poucos autores expressaram melhor esta ideia do que Tawfiq al-Hakim (1898 - 1987) (GÁLVEZ, 1989, p. 657). Já no título de uma de suas obras esse renascimento se faz presente. Trata-se do romance *O despertar de um povo*, que tenta cumprir simultaneamente a função de retrato dos costumes e tipos sociais, esboço autobiográfico e tese histórico-política (CÓRDOBA, 1967, p. 9).

No que diz respeito às duas primeiras instâncias do romance – que concernem ao retrato dos tipos e costumes e ao esboço autobiográfico – é muito provável – talvez mesmo óbvio e natural dado o número espantoso de coincidências – que o jovem Gamal

tenha se sentido representado. O protagonista da obra, Muhsin, é não mais que um garoto na altura dos seus 15 anos. Mesma idade que tinha Nasser quando se envolveu pela primeira vez em um protesto político. Muhsin tem família no campo, mas vive no Cairo por conta dos estudos, e lá fica sob os cuidados de seus tios – três jovens adultos; Hanafi, Selim e Abdul. Situação quase idêntica à do garoto Gamal, a não ser pelo fato de ter ficado aos cuidados de apenas um tio, Khalil. Por conta desta situação Muhsin precisava ir e vir entre o campo e a cidade, mais uma vez em toda a semelhança com o garoto Gamal.

Em seu aspecto formal, a obra detém as características de romance de formação, por centrar a maior parte da narrativa na educação sentimental do personagem, que se faz por meio da desilusão amorosa. Ainda que quantitativamente esse aspecto tenha prevalência no romance, há também um traço formalmente épico relativo à outra instância da obra: sua tese histórico-política. É preciso lembrar que estilisticamente a narrativa épica – ao menos em um sentido estrito – “anuncia o ponto da história em que ela começa e prossegue em ordem cronológica até o fim” (KNOX, 2011, p. 17). O *incipit* e a conclusão precisam, por isso, estar necessariamente inter-relacionados.⁴

Por esse parâmetro, a obra de al-Hakim é um épico, um pouco ao modo de outras narrativas que brotaram em várias partes do mundo colonial.⁵ O narrador mantém sua fidelidade última ao povo, à gente comum subjugada pela ordem colonial. Como fica patente no *incipit* da obra em questão: “Vós deveis ser do povo. [...]. Somente o camponês pode viver assim. É a única pessoa que, ainda que sua casa seja ampla, tem que dormir em uma só habitação com a mulher, os filhos, o boi e o asno”. Em consonância, o encerramento faz alusão, quase literal ao *incipit*: “Devem ser camponeses do povo, acostumados com o gado na mesma habitação... [...] Porém, sim, sois vós! Um ao lado do outro também, é? Um junto ao outro!” (AL-HAKIM, 1967, p. 14, 405).

Nas páginas de al-Hakim, fundem-se, portanto, tanto o épico quanto o romance de formação. No primeiro gênero o jovem Gamal deve ter reconhecido à causa pela qual valeria à pena se bater. No segundo talvez visse a si mesmo refletido numa esfera mais

⁴ Veja-se, por exemplo, as primeiras palavras da Odisseia: “Fala-me, Musa, do homem astuto que tanto vagueou/depois que de Troia destruiu a cidadela sagrada, [...] Destas coisas fala-nos agora, ó deusa, filha de Zeus”. Estes primeiros versos estão intimamente relacionados aos últimos: “Assim falou Atena; e Ulisses obedeceu alegrando-se no coração” (HOMERO, 2011, p. 119, 542).

⁵ Pense-se, por exemplo, no conhecido *Mayombe* de Pepetela. Ou ainda, no maior de todos os épicos anticoloniais: a *Tetralogia de Buru* de Pramodya Ananta Toer, o grande nome da literatura indonésia.

íntima de sua vida. Ainda que especulações sobre essa última esfera sejam importantes, nos interessa especialmente a primeira.

Neste sentido, um dos pontos altos da narrativa acontece quando do diálogo entre um inspetor inglês e um arqueólogo francês na casa dos pais de Muhsin no interior do país, habitação que exala luxo, visto ser a mãe do rapaz de descendência turca. Após uma fala jocosa do inspetor inglês a respeito da gente do campo, o arqueólogo replica: “Pegue um desses camponeses, retire-lhe o coração e encontrará nele sedimentos de dez mil anos de experiências e conhecimentos, superpostos uns encima dos outros, sem que ele o saiba”. O personagem francês fala como se o povo se deixasse domar por não saber a força que tem, ainda que “em certos momentos críticos surgem aqueles conhecimentos e experiências, lhe vindo em socorro sem que ele saiba como”. A experiência histórica do passado se converte “em seu espírito” em uma “espécie de instinto, que lhe leva à solução correta” (AL-HAKIM, 1967, p. 253).

A argumentação do personagem transforma-se facilmente em uma tese, o diálogo verte-se em monólogo e, não por acaso, o autor passa a adjetivá-lo não mais como arqueólogo, mas antes por “sábio francês”. Os indícios levam a crer que é o próprio Al-Hakim que passa a falar pela boca do seu personagem.⁶

Seu tom é, de fato, o de defesa de uma tese, um pouco ao sabor braudeliano. Por exemplo, diz o sábio que “esses milhares de anos que são o passado do Egito” não transcorreram “como um sonho, sem deixar marcas em seus descendentes”. Afinal, “Se a terra e as montanhas são tão somente a herança de estrato a estrato, por que não há de ocorrer isto também nos povos antigos, que não hão abandonado sua terra, nem mudado em nada seu clima, sua natureza?” (AL-HAKIM, 1967, p. 254).

Uma das coisas que persistem na alma do camponês egípcio, herança dos tempos faraônicos, é o seu “coração sem fundo”, enquanto o europeu estaria fadado a ser escravo da razão, “esta máquina limitada”. Ao fim e ao cabo, o sábio francês nos apresenta uma versão do mito do “bom selvagem”, na qual a razão está subordinada à emoção. Nisto residiria a essência do povo egípcio, inalterável, “sempre a mesma”. Este

⁶ Um dos indícios que nos leva a isso é a afirmação do Sábio Francês de que, ao contrário do povo egípcio “O europeu vive somente do que lhe ensinaram e sabe desde sua meninice, desde que vive, porque não tem herança nem passado que lhe socorra inconscientemente” (AL-HAKIM, 1967, p. 254). Vindas da boca de um acadêmico europeu as palavras são surpreendentes, vindas da boca de um nacionalista egípcio, nem tanto. Em pleno apogeu da expansão colonial seria difícil que um intelectual europeu negasse o dom da história à própria Europa e a concedesse à um povo colonizado. Ainda mais no caso francês que tinha na história (no passado e na dívida para com os mortos) uma das fontes de seu nacionalismo, tal como pensado em fins do século XIX por Ernst Lavisse, Maurice Barrés e Ernst Renan (DETIENNE, 2013, p. 33).

“bom selvagem”, no entanto, à diferença de versões europeias do mito, seria herdeiro, por direito, de uma grande civilização: persistiria na alma campesina o “espírito dos templos” (AL-HAKIM, 1967, p. 255).

O sábio francês sentencia ao seu calado interlocutor britânico: “não deprecie a este pobre povo de hoje, pois leva dentro de si sua força escondida, e só lhe falta uma coisa [...]. O ídolo!”. Falta somente “o homem em que estejam representados todos seus sentimentos e desejos, que seja o símbolo da finalidade, e então não se estranhe que este povo homogêneo, compacto, sofrido e disposto ao sacrifício, faça outro milagre como as Pirâmides...” (AL-HAKIM, 1967, p. 259). O ídolo vinha a galope e o milagre estava próximo, tinha data e lugar para acontecer. Cairo, 1919:

Antes que se pusesse o sol naquele dia, o Egito havia se convertido em um bloco de fogo, e 14 milhões de almas pensavam em uma só coisa: no homem que havia expressado seus sentimentos, que havia levantado para reclamar seus direitos à liberdade e à vida e que havia sido preso, encarcerado e desterrado em uma ilha no meio do oceano (AL-HAKIM, 1967, p. 359).

Al-Hakim não o diz, mas é suficientemente claro que o homem em questão é Saad Zaghlul, que a “ilha no meio do oceano” é, na verdade, Malta, para onde foi deportado pelo governo colonial britânico. Com pendor messiânico Zaghlul é alçado agora a novo ídolo, comparado a ninguém menos que “Osíris, que desceu do céu para melhorar a terra do Egito, para dar-lhe vida e luz, foi preso, metido em um caixão e desterrado, cortado em pedaços, às profundezas do mar...” (AL-HAKIM, 1967, p. 359).

Neste ponto, fica bastante clara a tendência nacionalista à qual al-Hakim se alinha, ao menos nesse momento da sua vida. Sua obra é, provavelmente, a expressão literária mais bem-acabada do faraonismo. Nesta vertente – cujos teóricos de maior relevo foram al-Sayyid e Kamil – o Egito é identificado como um *território* distinto, como uma entidade separada do restante do mundo árabe-islâmico. Essa identidade separada deriva dos símbolos faraônicos do passado pré-islâmico. Não por acaso, o ídolo da história de al-Hakim, Saad Zaghlul, encontra-se enterrado num mausoléu de estilo arquitetônico neo-faraônico (WOOD, 1998, p. 180, 181).

Com efeito, *O despertar de um povo* é um livro em que transparece nitidamente a preocupação do autor com uma ideia de *renascimento* e, mais precisamente, de um novo senso de identidade egípcia impulsionado por um nacionalismo fervoroso que buscava sua razão de ser na grandeza do pretérito egípcio. Grandeza esta potencializada pelas

descobertas arqueológicas de então, das quais a mais importante foi a tumba de Tutancâmon em 1922 (ALLEN, 2015, p. IX).

A busca por um novo senso de identidade nacional é perceptível não só no faraonismo que a obra guarda, mas também em seu recorte de classe. Se o camponês ganha protagonismo na fala do sábio francês, na revolta propriamente dita emergem os trabalhadores citadinos: “[o] açougueiro e seu assistente, o padeiro, o vendedor de laranjas”. Há também a presença, ainda que tímida, do elemento negro sul-saariano enquanto aliado da revolta – “um sudanês marchando com ousadia contra a máquina que lhe apontava”. Some-se a isso a natureza inter-religiosa do combate – “a meia-lua abraçando a cruz” (AL-HAKIM, 1967, p. 392, 393).

Tal como nos livros de Dickens ou Hugo, a pobreza é um elemento central, de forma que a autenticidade da nação está guardada na túnica do camponês. Contudo, mais importante é o fato de que a miséria abre espaço para a revolta. Neste período, o camponês era visto como uma classe perigosa, de maneira que o discurso intelectual egípcio o tinha como culturalmente autêntico, mas também como profundamente atrasado. Quando acontecia de se insurgir contra as autoridades, sua insubmissão era no mais das vezes vista como um dos traços de sua personalidade arcaica, dificilmente em termos de protesto social ou resistência à ordem vigente (SHAKRY, 2008, p. 44). No fundo al-Hakim corrobora essa tendência, mas sua originalidade reside no fato de que em sua obra este aparente “atraso” passa a ser, supostamente, o berço onde jaz adormecida a cultura de uma grande civilização.

Não obstante seus méritos literários e a justiça da causa que defendia, al-Hakim acaba produzindo um amálgama a-histórico no qual a mudança é rejeitada em lugar da permanência. Pouco importa que os costumes, a língua, a religião e outros aspectos da vida egípcia tenham mudado drasticamente desde a antiguidade. O importante é a permanência, ainda que esta não tenha mais no que se agarrar do que em expressões vagas e difusas como “coração” e “alma” campesina.

VI

De posse do que aprendeu em suas leituras – as ideias de sublevação contra a miséria e o nacionalismo presentes em Dickens, Hugo e al-Hakim – o jovem Gamal procurava um lugar que pudesse lhe abrigar, um sítio que lhe servisse de proteção e no

qual ele conseguisse desenvolver suas atividades políticas. “Naqueles anos de formação”, diz ele, “eu estava interessado em todos os partidos políticos, cujo objetivo fosse dar ao povo egípcio sua liberdade de volta” (NASSER, 1962).

Cumprir lembrar que o Egito pós-1919 convertera-se em um imenso barril de pólvora pronto para explodir. Sua situação ambígua – formalmente soberano, mas factualmente dependente da metrópole – só reforçava a tensão na medida em que os grupos políticos debatiam entre si a saída para o beco em que a falsa independência nacional havia colocado o país. Como nos relata Naguib Mahfouz, na década de 1930 - momento chave da formação do jovem Gamal – havia três tendências principais que se atraíam e repeliam no subterrâneo político egípcio. De um lado, a ala mais à esquerda, os socialistas, que iam do trabalhismo ao comunismo ortodoxo. De outro lado, um conjunto centrista fiel aos preceitos liberais do Wafd, ainda que internamente diverso este era um grupo relativamente coeso. Por fim, uma ala islamita, na qual se encontravam aqueles que tinham no islã não só uma fé religiosa, mas a expressão do correto ordenamento político da sociedade.

Em uma das cenas mais marcantes de sua vasta obra, Mahfouz coloca representantes destas três alas para conversar. Em uma sala diminuta encontram-se três amigos: um wafadista, um socialista e um islamita. Este último lança a interrogação que angustiava a todos: “Acaso nos converteremos no futuro em inimigos declarados?”. A resposta do wafadista é taxativa: “Sem dúvida alguma!”, chegará o dia em que seus amigos próximos, continua ele em resposta ao islamita, te chamarão de “reacionário e conservador” enquanto “tu, por seu lado, hás-de de acusar [...] o seu amigo... de depravação, de impiedade e licenciosidade! Quem viver verá” (MAHFOUZ, 2010, p. 230).

Deste quadro, cuja natureza ficcional não desabona sua verossimilhança com a realidade, o importante é observar que nos anos de 1930, como indica Mahfouz, estas três tendências ainda não entravam em confronto aberto. Ainda não estavam disponíveis as condições históricas objetivas para tal. O confronto era mais subterrâneo que escancarado, mais noturno que diurno, mais retórico que físico. Cada grupo disputava, principalmente, os corações e mentes dos jovens interessados em política.

Assim, tendo diante de si estas três trilhas o jovem Gamal estava na busca de uma fortaleza, de um lugar onde pudesse desenvolver suas atividades políticas. Chegou a se filiar ao partido *Misr Al-Fatah* (Jovem Egito). Mas logo se desligou da sigla por achar que

apesar das suas reivindicações dignas, a instituição não conseguia “nada de substancial” para a causa do nacionalismo egípcio.

Chegou a ser convidado – segundo ele, com certa frequência – para participar do Partido Comunista egípcio, mas recusou. Nasser afirma que já por esta época havia estudado a doutrina marxista, especialmente as obras de Lênin, e nelas havia encontrado “dois obstáculos em meu caminho. Dois obstáculos que eu não conseguia superar”. Um desses obstáculos residia no fato de o “coração do Comunismo ser ateu e eu sempre fui um verdadeiro muçulmano com uma crença inabalável em um Poder Superior que Deus quem controla nosso destino. É impossível para uma pessoa ser um verdadeiro muçulmano e um verdadeiro comunista” (NASSER, 1962).

O outro obstáculo era a consciência que o Nasser afirmava ter, já naquela época, “que o comunismo significa necessariamente que haveria uma forma de controle exercido pelos partidos comunistas internacionais; isso também era algo que eu rejeitava totalmente”. Filiando-se ao Partido, haveria o risco, para Nasser, de “controle estrangeiro” por parte dos demais partidos comunistas do globo sobre o Egito (NASSER, 1962).

Além do contato com o comunismo, o presidente Nasser também afirma ter tido, por esta mesma época, “numerosas comunicações com a Fraternidade Muçulmana”, ainda que não tenha se filiado a este grupo. Os motivos da não filiação incidiam, mais uma vez, em sua opção religiosa. O presidente confidencia em entrevista que o grupo em questão “mostrou uma forma de fanatismo religioso” com o qual ele não poderia concordar. Tal postura fazia da Fraternidade, em suas palavras, “uma seita fanática” que não deveria ficar sob o controle do país. Nasser afirma que já nesta época “estava convencido de que a tolerância religiosa era um dos pilares da nova sociedade que eu esperava ver estabelecida no meu país” (NASSER, 1962).

É preciso lembrar que quem relata é o já presidente Nasser e não o outrora jovem Gamal. Por isso, não se deve descartar a hipótese de que ele faz uma caricatura generalizante tanto dos comunistas quanto dos islamitas, por conta da oposição que estes grupos mantiveram ao seu regime. Oposição esta que o levou a aprisionar e condenar – em alguns casos à morte – muitos líderes destas duas tendências.

De todo o modo, neste momento em que Nasser trava contato com os islamitas e os comunistas, mais precisamente em 1935, o Wafd marca certa pressão sobre o governo ditatorial do kediva. O partido ao qual o garoto Nasser apoiou em sua primeira

manifestação, *Misr el Fatat* (Jovem Egito), desenvolve uma veia fascista em sua ala jovem, os chamados “Camisas Verdes”. A isto o Wafd contrapõe os seus “Camisas Azuis”. Apesar de ter mantido relações com ambos, a fidelidade de Nasser parecia estar com as ideias de Mustafa Kamil e da antiga agremiação por ele fundada, o Partido Nacional, que exigia a retirada imediata das forças britânicas do país sem negociações. O jovem Gamal chegou a ter relações estreitas com o vice-presidente desta sigla, Fathi Radwan, que mais tarde viria a ser ministro no governo revolucionário do próprio Nasser (STEPHENS, 1971, p. 34).

É neste contexto que o jovem Gamal escreve, em 2 de janeiro de 1935, ao seu amigo de escola Hasan al-Nashshar dizendo: “No Corão sagrado Alá diz: ‘Contra eles [os inimigos] ponha pronta a sua força ao máximo do que puder...’. Mas onde está a nossa força?”. A carta continua, em tom de angústia: “Hoje a situação é crítica e o Egito está em um impasse. Me parece que o país está morrendo. O desespero é grande. Quem pode acabar com ele?”, a esta pergunta sobrepõe-se outras:

Onde estão os homens dispostos a dar suas vidas pela independência do país? Onde está o homem que pode reconstruir o país, para que os fracos e humilhados do Egito possam se levantar de novo e viver livres e independentes? Onde está a dignidade? Onde está o nacionalismo? Onde está a assim chamada juventude? (NASSER, 1935).

O jovem militante continua afirmando que para rebater os rumores de covardia sobre o povo egípcio seria necessário “um líder para conduzi-lo na luta por seu país”. Para alicerçar sua posição evoca a autoridade do mais radical dentre os nacionalistas de outrora: “Mustafa Kamil disse: ‘Se o meu coração for da esquerda para a direita, se as pirâmides se movimentarem, se o Nilo mudar seu curso, eu não vou mudar os meus princípios” (NASSER, 1935).

Como conclusão, o jovem diz ao amigo que era preciso agir:

Temos dito por várias vezes que vamos trabalhar juntos para despertar a nação do seu sono [...]. Mas, infelizmente, até agora nada foi realizado. Meu caro amigo, te espero na minha casa para discutir essas questões em 04 de setembro de 1935 às quatro da tarde. Espero que você não falhe (NASSER, 1935).

Esta carta é um dos documentos mais interessantes produzidos por Nasser em seus anos de formação. Em certo sentido, ela condensa as linhas mestras das influências

de Gamal Abdel Nasser neste período de sua vida. Há aqui um forte apelo religioso, exemplificado pela citação do Corão. Ainda que Nasser não fosse – e nem viesse a ser – um líder religioso, a religião exerce um papel fundamental em sua retórica como fonte de exemplos edificadores para a causa que lhe tomava o coração. A causa em questão se mostra bastante clara: a libertação da nação. Para endossá-la, o jovem Gamal lança mão de um dos principais pensadores do nacionalismo egípcio: Mustafa Kamil. Com isso, o jovem se conecta ao passado, à herança dos seus conterrâneos, ao mesmo tempo em que recusa o que vê como letargia do presente. Já os homens de política de então estavam longe de ter, ao menos para ele, a postura enérgica necessária para expulsar a força colonizadora e destronar a monarquia reinante.

Anos mais tarde, tendo logrado estes dois objetivos que pretendia quando jovem, o então coronel Nasser iria se perguntar “Quando eu descobri as sementes da revolução em minha alma?”. Sua resposta à questão é reveladora: “estas sementes não ficaram latentes somente nas profundezas da minha alma. Elas ficaram também nos espíritos de muitos outros que, por sua vez, não podiam traçar o dia em que eles as descobriam latentes em sua própria existência”. Estaria bastante claro para o então coronel que “as sementes [da revolução] eram inatas” sendo “uma aspiração suprimida deixada como legado pelas gerações precedentes” (NASSER, 1972, p. 20).

Nesta passagem, escrita quando já era um homem de Estado, nota-se a presença das características adiantadas na carta de 1935 e de outras adquiridas nos seus anos formativos. Se faz presente nestas linhas o mesmo tom a-histórico disponível no faraonismo de Tawfiq al-Hakim. A sublevação era, assim como na obra de al-Hakim, um legado inato deixado pelas gerações precedentes, aí inclusa a estirpe faraônica. Assim como seu herói literário Nasser pretere a mudança à permanência, trancafiando a nação em um eterno passado, ao menos em um plano retórico. Todos esses pensamentos assentariam em sua mente num momento bastante preciso: 1936.

VII

Neste momento, o desejo de restabelecer um governo parlamentar, relacionado com a ameaça representada pela expansão italiana na África – sobretudo no que diz respeito à guerra de resistência etíope iniciada quando da invasão italiana neste ano –, acabou dirigindo o Wafd e o poder britânico à tomada de alguns compromissos em

comum (STEPHENS, 1971, p. 35). Enquanto o Wafd esperava ampliar o seu poder, ainda que não colocando realmente em xeque o controle estrangeiro, o império britânico buscava fortalecer sua posição diante de outras potências europeias com ambições expansionistas no continente africano. Essa conformação abriu caminho para um novo tratado entre o poder britânico e o Wafd, que veio a ser selado em 26 de agosto de 1936.

O tratado de 1936 substituiu a “ocupação britânica” por uma “aliança militar”. Os termos são eufemismos coloniais para manutenção, na prática, da ocupação imperial em terra estrangeira. Afinal, o acordo dava à Inglaterra o direito de dispor de até 10.000 tropas no Egito, mais especificamente ao longo do Canal de Suez, podendo dispor de tais instalações em tempos de guerra. Em troca, a Inglaterra apoiava a entrada do Egito na Liga das Nações. Cabe dizer que, nestas condições, o Egito parece entrar para a Liga das nações na qualidade de Boneco de Ventríloquo, subordinado à outra nação que lhe ocupava o território com um contingente nada irrelevante.

Igualmente, o império não abria mão do Sudão, que doravante passaria a ser condomínio anglo-egípcio. A Inglaterra também aceitava a abolição do sistema legal que conferia privilégios à população estrangeira residente no país. Com estes termos, o tratado foi, enfim, aprovado por todos os partidos políticos. Exceto pela sigla descendente de Mustafa Kamil, o Partido Nacional, com o qual o jovem Nasser mais simpatizava (STEPHENS, 1971, p. 36).

Ainda que fosse conservador na maioria dos seus pontos, o tratado anglo-egípcio acabou tendo uma consequência interessante. Ele também estabelecia a construção de um colégio militar para garotos, possibilitando educação formal para classes sociais menos abastadas. Esta medida acabou selando o destino do jovem Gamal, ou, como ele mesmo veio a dizer: “Meus planos futuros tomaram forma após o tratado anglo-egípcio [...] que emitiu um decreto dirigindo o estabelecimento de um colégio militar para garotos, independentemente da sua riqueza ou classe social”. De imediato, o jovem tomou proveito da situação, trocando a Faculdade de Direito pela carreira militar, até então restrita por uma forte clivagem social (NASSER, 1962). Em 1938, com então 20 anos, ele se forma como segundo-tenente do Colégio Militar de Abasseya.

Cabe sublinhar que, nas palavras de Nasser,

Até este momento o exército egípcio era um exército de não combatentes e foi para a vantagem dos britânicos que assim as coisas permaneceram. Seguiu-se, no entanto, o advento de uma nova classe de oficial que

considerava seu futuro no exército como simplesmente uma parte de uma luta maior pela libertação de seu povo (NASSER, 1962).

Tendo acolhido jovens das classes menos privilegiadas, é provável que assim o fosse, posto que eram estas classes se sentiam de forma mais contundente a mão pesada do colonialismo. A convivência com o mesmo problema pode ter gerado vínculos de solidariedade entre os soldados, vínculos estes relativos à mudança social. Por mais nebulosa que a ideia ainda permanecesse à época.

Nesta situação, um choque geracional entre a nova geração de soldados e o velho oficialato seria inevitável. A estes, Nasser via por “incompetentes e corruptos”, de forma que “alguns dos meus colegas chegaram a renunciar” por não conseguirem conviver em tal meio. De sua parte, porém, “eu não podia renunciar, embora não estivesse menos insatisfeito do que os demais, os meus pensamentos em vez disso foram o de formar o exército e removê-lo da corrupção” (NASSER, 1962).

Pouco tempo depois de ter se formado e fixado residência em Alexandria, a Segunda Guerra Mundial bate às portas do Egito. Com o conflito, ele é “transferido para um batalhão britânico baseado atrás das linhas de batalha perto de Al Alamayn”. Esta foi a primeira vez que ele teve “qualquer tipo de contato real com o povo britânico e soldados; eles deixaram uma boa impressão sobre mim”. Em suas palavras não houve incoerência “entre a minha capacidade de ter sentimentos amigáveis para com eles em um nível pessoal, o meu respeito por eles como soldados e meu sentimento profundo de que o controle britânico deveria ter fim a qualquer preço” (NASSER, 1962).

Foi provavelmente durante este mesmo período que ele conheceu as obras de Harold Laski, Aneurin Bevan e Jawaharlal Nehru. Nasser afirma que tinha por este período uma “insaciável sede de conhecimento”, que foi parcialmente satisfeita com a leitura destes três nomes de maneira que “pouco a pouco minhas ideias socialistas começaram a tomar forma” (NASSER, 1962). É importante salientar que dos três nomes citados dois são figuras importante do contexto britânico, Bevan, na política, e Laski na academia.

Não é absurda a suposição de que Nasser veio a conhecer estes nomes enquanto atuava junto aos soldados britânicos. Dentre estes é muito possível que se contassem indivíduos com ideias à esquerda ou, ao menos, interessados em política o suficiente para fazer ventilar os nomes em questão. De todo modo, o certo é que “Foi durante este

período que a ideia da revolução se enraizou firmemente na minha mente, embora como exatamente isso iria acontecer eu não soubesse” (NASSER, 1962).

De fato, em meio a um campo militar, convivendo com o povo cujo país dominava o seu ao mesmo tempo em que terminava a sua educação política, as coisas deveriam parecer pouco claras. Mas o ano de 1945 não marcou apenas o desfecho da Segunda Guerra, foi também o ano da efetiva organização, por parte de Nasser, de um corpo político com o qual poderia contar. Naquele momento, ele concentrou os seus esforços “no sentido de reunir um grande número de jovens oficiais” que “acreditavam no bem da nação”, com isso eles poderiam “servir a esta causa comum” (NASSER, 1962). Desta reunião nasceria a semente do que viria a ser os Oficiais Livres, o grupo que iria encabeçar a revolução de 1952.

Até hoje, não é sem ressentimento que as classes abastadas olham para este grupo de jovens que saíram dos estratos baixos e médios da sociedade para tomar o poder. Ao menos é isso que nos informa Alaa al-Aswany pela boca de um de seus personagens: “Os Oficiais Livres eram um monte de miúdos renegados da sociedade, *miseráveis* e filhos de *miseráveis*” (ASWANY, 2008, p. 152 Grifos nossos).

Sem dúvida, Nasser era miserável, filho de miserável. Não no sentido literal ao qual o personagem se refere – sua família, como visto acima, ainda que não fosse abastada, dificilmente deve ter passado maiores privações – mas no sentido de que aprendeu a ver as causas e as consequências da miséria. *Os Miseráveis* não era somente o título de um romance que lhe havia fascinado, era o predicado de toda uma nação. Aos seus olhos, os *Jacques* e as *Jacqueries* do Egito precisavam de alguém que lhes acudisse, de um *ídolo*. Aqui, o desafio da libertação estava, de fato, colocado. Nasser buscaria – não sem contradições, incoerências e equívocos – cumprir este desígnio.

Referências

- ABDUSSALAM, Ali A.; ABUSEDRA, Fathi S. A economia colonial: Norte da África. Parte II. Líbia, Egito e Sudão. In: BOAHEN, Albert Adu. (Edit.). **História Geral da África** – Vol. VII. África sob dominação colonial (1880 - 1935). Cortez: São Paulo, 2011.
- ALLEN, Roger. Foreword. In: AL-HAKIM, Tawfiq. **The revolt of the Young**. Essays by Tawfiq al-Hakim. Nova York: Syracuse University Press, 2015.
- AL-HAKIM, Tawfiq. **El despertar de un pueblo**. Madri: Instituto Hispano Árabe de Cultura, 1967.

ASWANY, Alaa Al. **Os pequenos mundos do Edifício Yacoubian**. Lisboa: Presença, 2008.

BEARCE JR., George Donham. **Saad Zaghlul and Egyptian nationalism**. Dissertação de Mestrado. Wisconsin: University of Wisconsin, 1949.

CÓRDOBA, Federico Corriente. Prólogo. In: AL-HAKIM, Tawfiq. **El despertar de un pueblo**. Madri: Instituto Hispano Árabe de Cultura, 1967.

DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica, 2013.

DICKENS, Charles. **Um conto de duas cidades**. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.

GÁLVEZ, Eugenia. La narrativa egipcia. **Philologia Hispanlensis**. Vol. IV, F. II. Sevilla: Universidade de Sevilla, 1989.

GOHNEMY, Mohamad Riad El. **Affluence and poverty in the Middle East**. Londres/Nova York: Routledge, 1998.

GOLDSCHMIDT JR., Arthur; JOHNSTON, Robert. **Historical Dictionary of Egypt**. Oxford: Scarecrow, 2003.

HOMERO. **Odisseia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **O pensamento árabe na Era Liberal (1789 – 1939)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HUGO, Victor. **Os Miseráveis**. 2 Vols. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

JOYCE, James. **Um retrato do artista quando jovem**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1987.

KNOX, Bernard. Introdução. In: HOMERO. **Odisseia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MAHFOUZ, Naguib. **Khan al-Khalil**. Porto: Civilização, 2011.

_____. **Cairo Novo**. Porto: Civilização, 2010.

NASSER, Gamal Abdel Nasser. **Entrevista concedida a David Morgan – Sunday Times**. Publicado originalmente em 1962. Disponibilizado pela Fundação Gamal Abdel Nasser e Biblioteca de Alexandria. Disponível em <http://nasser.bibalex.org/common/pictures01-%20sira3_en.htm>. Acessado em 11 de fevereiro de 2016.

_____. **Letter by Abdel Nasser to Hasan al-Nashshar about student movement demands for restoration of the constitution and the return to democracy**. Escrito em 1935. Correspondência disponibilizada pela Fundação Gamal Abdel Nasser e Biblioteca de Alexandria. Disponível em <<http://www.nasser.org/common/mapviewer.aspx?ID=1&type=DocHandWrt&PDFStart=9&lang=en&PDFEnd=0&dir=next>>. Acessado em 11 de fevereiro de 2016.

_____. The Philosophy of the Revolution. In: _____. **Nasser Speaks**. Basic Documents. Londres: Morssett, 1972.

SHAKRY, Omnia El. Peasants, Crime and Tea in Interwar Egypt. **ISIM Review**. Vol. 21. Leiden: Leiden University Press, 2008.

STEPHENS, Robert. **Nasser – A political Biography**. Nova York: Penguin, 1971.

TEMPERLEY, H. W. V. The Independence of Egypt. In: _____. (Edit.). **A history of the Peace Conference of Paris** - Vol. VI. Londres: British Institute of International Affairs, 1924.

WOOD, Michael. The use of the Pharaonic Past in Modern Egyptian Nationalism. **Journal of the American Research Center in Egypt**. Vol. 35, 1998.

Recebido em: 29 de setembro de 2016.

Aprovado em: 30 de novembro de 2016.